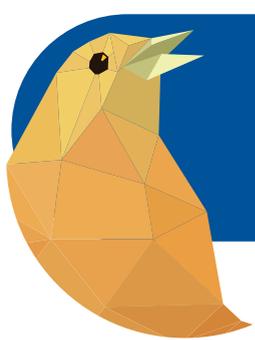


Honramos a memória das 272 joias do rompimento da barragem em Brumadinho.



VOZES do Paraopeba



Minas Gerais - janeiro de 2025 | Ano 4 | Edição 38 | www.aedasmg.org | distribuição gratuita |  Aedas

QUANTAS VIDAS VALEM A MINERAÇÃO PREDATÓRIA?

SEIS ANOS APÓS O ROMPIMENTO, FAMÍLIAS SEGUEM
NA LUTA POR JUSTIÇA E MEMÓRIA

Foto: Felipe Cunha. Montagem: Júlia Rocha

VOZES DA GENTE

Após 6 anos do rompimento, atingidas falam sobre o andamento da reparação

pág. 03

HISTÓRIAS ATINGIDAS

Maria Regina e Anastácia compartilham suas trajetórias de luto e luta por suas joias

pág. 04 e 05

CAMINHOS PARA 2025

Balanco aponta governança Popular no Anexo I.1 e luta pela garantia do PTR

pág. 09 e 10

INDENIZAÇÃO E SAÚDE

Mobilizações cobram efetividade de estudos de risco e garantem andamento da liquidação

pág. 10 e 11

EXPEDIENTE

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas) da Bacia do Paraopeba. A Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.



Aedas - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Coordenação Estadual
Cauê Melo
Heiza Maria Dias
Luis Henrique Shikasho

Aedas Paraopeba

Gerência Geral

Diva Braga
Ranúzia Neta
Nina de Castro Jorge
Gabriela Cotta

Coordenação de Comunicação

Elaine Bezerra

Gestão Operacional

Valmir Macêdo

Equipe de Comunicação

Jornalistas:

Felipe Cunha, Lucas Jerônimo,
Valmir Macêdo, Diego Cota,
Júlia Rohden, Douglas Keesen,
Isis de Oliveira, João Dias

Diagramação:

Aleff Rodrigues, Julia Rocha,
Wagner Túlio Paulino

Edição e Revisão:

Elaine Bezerra
Valmir Macêdo

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas.

Tiragem: 8 mil exemplares



Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

Contatos Aedas Paraopeba:

Telefone - (31) 9 9840-1487

Região 1 - Brumadinho
atingidosparaopeba1@aedasmg.org

Região 2 - Betim, Igarapé, Juatuba,
Mário Campos, São Joaquim de Bicas
atingidosparaopeba2@aedasmg.org

6 ANOS DE ROMPIMENTO: A ESPERANÇA QUE ALIMENTA A LUTA POR JUSTIÇA

RESISTÊNCIA. População atingida permanece mobilizada pela memória, por uma vida digna e não repetição

Foto: Felipe Cunha/ Aedas



No marco do 6º ano do desastre-crime, atingidos se reúnem na VI Romaria pela Ecologia Integral a Brumadinho

Desde o dia 25 de janeiro de 2019, a vida nos territórios de 27 municípios da Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias nunca mais foi a mesma. 272 vidas ceifadas imediatamente. Muitos quilômetros de destruição, medo, desespero. Há 6 anos a força da vida ainda insiste e resiste nos territórios atingidos, ecoando vozes de indignação. Há 6 anos iniciou-se a busca por justiça, memória e reparação.

É por essa força, e por buscar e acreditar na transformação que vem pela vida das pessoas atingidas, pelos laços entre elas, pelo sagrado, por um mundo mais justo, digno, é que chegamos até aqui! É pelas 272 joias que se foram naquele instante, mas que também são parte dessa luta por justiça e

memória na caminhada dos que ficaram com um vazio profundamente silencioso dentro de si que, mesmo ecoando indignação, permanece a incidência da ausência e dor.

O mês de janeiro é um mês de memória. Esse ano estamos lembrando que, mesmo diante de tantas violações, de tantas consequências desastrosas, de tantos danos irreparáveis, a vida pulsa em cada coração que bate, que sente e que sonha com justiça. Que sonha e busca a retomada da segurança, dos laços comunitários, das festas, dos rituais, do riso, do descanso, da vida digna, farta, próspera. A busca por um viver saudável, em um ambiente equilibrado.

A Aedas se solidariza cotidianamente com a dor e com a luta das pessoas atingidas,



Há 6 anos a força da vida ainda insiste e resiste nos territórios atingidos

buscando atuar para que nenhum direito seja mais violado, para que os territórios sejam livres e respeitados. Para que a vida prevaleça. Por nenhum direito a menos!

VOZES DA GENTE

Ao completar 6 anos do rompimento em Brumadinho, pessoas atingidas das Regiões 1 e 2 compartilham suas percepções sobre o andamento das ações de reparação dos danos causados pelo desastre-crime.

SEIS ANOS DE INJUSTIÇA

“ Fico indignada como uma empresa que destrói uma cidade, mata várias pessoas, destrói o meio ambiente, a vida social, e que nega a contaminação do rio. Espero, francamente, que passado estes 6 anos da tragédia/crime possamos ter uma reparação justa e integral e a solução dos problemas causados pelo rompimento.



ROSEMILDA FONTES DE PAULA,
São Conrado, Brumadinho

O DESAFIO É DIÁRIO

“ Não tivemos nenhum progresso em termos de reparação. Nada avançou. Está do mesmo jeito ou até pior do que quando a tragédia aconteceu. Ainda temos muita esperança de que, um dia, possamos alcançar a reparação. O desafio é diário, vivemos todos os dias com essas mineradoras praticamente operando dentro das nossas casas.



MARIA APARECIDA (PARÉ),
Tejuco, Brumadinho

POR RECONHECIMENTO DOS POVOS TRADICIONAIS

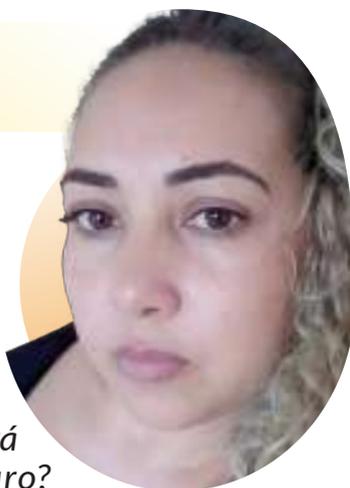
“ Percebemos uma lentidão na reparação, especialmente por sermos uma comunidade tradicional, de povos originários. Temos sofrido com a demora no reconhecimento de nossa comunidade, gerando danos emocionais e culturais, já que dependemos do rio Paraopeba. Além disso, o acesso ao PTR tem sido uma luta, causando angústia em nossa comunidade, que continua lutando por esse recurso.



MARIA DE FÁTIMA
Comunidade Indígena Aranã, Juatuba

MAS, CADÊ A REPARAÇÃO?

“ Nestes 6 anos de crime, não houve reparação nenhuma. Nossas águas continuam contaminadas. Nosso solo e nossas plantas estão morrendo e nós, seres humanos, tendo nossa saúde cada vez mais debilitada. Estamos sem esperança! O que será de nossos filhos e netos no futuro? Só queremos justiça!



MAGNA DE OLIVEIRA,
Ponte Nova, Juatuba

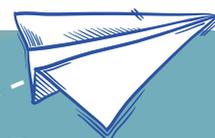


Participe do Vozes da Gente!
Acesse o formulário em nosso site e nos envie sua mensagem.

aedasmg.org/vozesdagente



aedasmg.org | [@aedasmg](https://www.instagram.com/aedasmg)



histórias atingidas

Saudade, Fé e Resistência:
A História de Dona Regina

Texto e fotografias: Felipe Cunha



MARIA REGINA DA SILVA, 60 ANOS

▪ **MÃE DA JOIA PRISCILA ELEN SILVA**

Maria Regina é mãe de Priscila Elen, vítima do rompimento da barragem da Vale. Priscila tinha 29 anos quando perdeu a vida naquele desastre-crime que devastou tantas famílias. Para Dona Regina, o desastre-crime não interrompeu apenas a vida de sua filha, mas também a vida que ela conhecia: "Minha vida antes do rompimento era outra coisa. Eu costumo dizer que a gente era feliz e não sabia".

Priscila era a primogênita dos cinco filhos de dona Regina: "Ela era o meu braço direito, minha amiga, quem me aconselhava. Sempre que eu estava revoltada com alguma situação, ela dizia: 'Mãe, para de show!' Isso sempre ecoa dentro de mim".

Priscila cursou técnico de mecânica e foi trabalhar na área

de mineração, onde ficou por dez anos, "A gente cria os filhos para que eles tenham um bom emprego e uma vida digna", comenta Dona Regina.

Dona Regina diz que é contra a forma como a mineração é conduzida no território. "Esperamos que isso mude, que a vida seja valorizada e que a mineração seja feita de maneira diferente. Na Vale, estava escrito: 'A vida em primeiro lugar'. Mas a vida que se perdeu em nome do lucro foi a dos trabalhadores", enfatiza.

Dona Regina é integrante da AVABRUM, que luta pelos direitos dos familiares, busca por justiça, preservação da memória, o encontro e a não repetição do desastre-crime como os pilares que sustentam a atuação da associação. Ela acredita no poder da coletividade: "O grupo

nos tira do buraco, nos ajuda a caminhar".

Ela também relata que, quando você perde uma filha, perde uma parte de si mesma, algo que você não sabe exatamente o que é, como o pulmão, porque você não consegue respirar, o coração, porque fica sufocado, a perna, porque não consegue caminhar, o braço, porque se torna impotente: "Com o tempo, você não sabe por que, mas começa a perceber que está resistindo, e percebe também que não está sozinha, que há uma força por trás te amparando. E, por mais que você esteja revoltada e com raiva, você acaba percebendo Deus novamente", diz.

Já são seis anos e, ao olhar para

trás, para Dona Regina parece que tudo aconteceu ontem, mas, ao mesmo tempo, reconhece a enorme caminhada que já percorreu.

"Quando estive na Alemanha, pedi ao nosso advogado para solicitar ao juiz que nos permitisse falar, porque eu não me conformava em não poder expressar o que sentia. Fomos autorizados a falar e, quando me sentei, ouvi uma voz dizendo: "Sem a fé em Deus, a gente não consegue", relata.

Dona Regina finaliza: "é fé, é união, é saber que o outro, que está ali, pode te estender a mão, te ajudar a caminhar e te dar um pouco de alento. Minha família sempre me permitiu chorar".

histórias atingidas

A Luta de Anastácia por Cleiton e as 272 Joias

Texto e fotografias: Felipe Cunha



**"SE NÃO
HOVER JUSTIÇA,
HAVERÁ MAIS
MORTES"**

ANASTÁCIA DO CARMO, 55 ANOS

▪ **MÃE DA JOIA CLEITON LUIZ MOREIRA SILVA**

Anastácia é mãe de dois filhos, sendo um deles Cleiton Luiz, uma das joias da família que teve a vida ceifada em 25 de janeiro de 2019.

Cleiton sempre foi um menino habilidoso e de coração generoso. Desde criança, vivia entre ferramentas, sonhando alto enquanto consertava em sua oficina. Tornou-se técnico mecânico industrial. Ele acumulava experiências e saberes como quem constrói um futuro sólido, degrau por degrau.

Quando o desastre-crime ocorreu, ele estava no 6º período de engenharia e era funcionário na Vale. Tinha um currículo extenso, mas era seu coração que o tornava verdadeiramente grande.

O prazer dele, como filho, era cuidar. "Lembro com emoção

quando me entregava o ticket-alimentação da Vale: 'Mãe, é para te ajudar nas despesas. Quero que você descanse mais'", contou Anastácia, destacando que essa era uma das formas que Cleiton tinha de demonstrar amor.

"Cleiton foi meu parceiro, meu amigo, o alicerce da nossa casa. A tragédia levou meu filho e deixou em mim um vazio que nunca será preenchido. Poderia falar do Cleiton o dia todo, porque sua essência vive em mim", conta Anastácia.

Hoje, "é o próprio Cleiton que me dá forças para continuar, junto com o Artur, meu outro filho, que precisa de mim aqui". Anastácia acredita que, se ela se mantiver forte, o Cleiton seguirá sua trajetória lá onde estiver. "Ele gostaria de me ver caminhando

em frente, com coragem e firmeza. É difícil, mas eu tento, todos os dias".

Anastácia encontrou força na dor e na união. Hoje, ela é associada à AVABRUM e segue na luta com outras entidades e famílias que compartilham a mesma ferida. "Eu sonho muito com a justiça. Digo sonhar porque, em seis anos, ainda não a vimos acontecer".

A luta de Anastácia vai além de sua própria dor. Ela luta para proteger outras vidas: "Se não houver justiça, haverá mais mortes. A mineração segue a todo 'vapor'. Ela tem dinheiro para precificar qualquer vida, então por que vai se preocupar?".

Anastácia vê o Brasil como um país maravilhoso, mas marcado por desigualdades profundas. "Aqui, quem tem

dinheiro manda. Quem tem dinheiro pode matar, pode degradar o meio ambiente e nada acontece. Mas, se uma pessoa simples cortar uma árvore no quintal, será punida".

Com esperança e determinação, ela exclama: "Que a justiça seja justa. Que não veja o tamanho da conta bancária, mas sim o peso das ações. Que cuide das vidas e da natureza com o respeito que merecem".

Por fim, Anastácia deixa um recado: "Se eu sei que uma pedra pode cair e te matar, é minha responsabilidade te tirar daquele lugar. Mas eles [Vale] não fizeram isso. Foi como um tiro, ou melhor, uma facada cravada em nossos peitos, assistir à empresa seguir em frente, acumulando mais lucro às custas de tanto sofrimento".

QUANTAS JOIAS VALEM A MINERAÇÃO PREDATÓRIA?

DESASTRE-CRIME. Seis anos após o rompimento, familiares seguem na luta por justiça e em memória às vítimas da tragédia

Flores entregues aos familiares na romaria de 2024 em honra às joias do rompimento.

Isis de Oliveira

72 MESES, 2.192 DIAS E 52.608 HORAS DE SAUDADE

Este é o tempo da luta por justiça, seis anos após o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho. O desastre-crime resultou na morte de 272 pessoas, carinhosamente chamadas de “joias”, 3 delas ainda não foram encontradas e a tragédia segue devastando a vida de tantas outras em toda a Bacia do Paraopeba.

que coloca os interesses das grandes corporações, acima dos direitos da vida humana.



REALIDADE(S)?

Em 2024, o ex-presidente da Vale foi beneficiado com um habeas corpus, decisão que causou revolta nas comunidades atingidas. O Jornal Vozes do Paraopeba conversou com Maria Regina da Silva, mãe da joia Priscila da Silva e membro da diretoria da AVABRUM, que comenta que, apesar da lentidão, o

processo segue. “Nós conseguimos agora que o processo voltasse a caminhar depois que dois réus da TÜV SÜD pediram um habeas corpus em Brasília. Nós estivemos lá e presenciamos o julgamento desse habeas corpus, e, finalmente, com a liberação do ministro, voltou a andar”, aponta.

Tem minério de ferro em todo lugar, no ar, no solo, no cotidiano das pessoas atingidas, na lembrança daqueles que se foram cedo demais. Há também a investida milionária midiática por parte da empresa poluidora, em tentar reescrever a história, apresentando uma versão completamente diferente da vivida no dia a dia nos territórios atingidos.

Foto: Isis de Oliveira/ Aedas

“Qualquer propaganda que a Vale faça não redime aquilo que ela fez”

“O lema deste ano é A Memória do Irreparável, porque o que aconteceu não tem volta. Qualquer propaganda que a Vale faça não redime aquilo que ela fez. Apenas para aqueles que não sabem, e por isso, a gente faz esse trabalho de memória, de repetir e de contar tudo que aconteceu.” Maria Regina diz.

A corporação, que deveria responder por suas ações e reparar os danos causados, prefere desviar o foco e abafar o clamor por justiça, trazendo um contexto de que tudo está perfeitamente bem. A prática, longe de ser uma resposta adequada ao desastre-crime, só agrava o sofrimento das pessoas atingidas e contribui para a perpetuação da impunidade.



Letreiro na entrada da cidade em memória as 272 joias vítimas do rompimento



JOIAS, PRESENTES.

Os familiares das vítimas fatais do rompimento e as pessoas atingidas continuam a lutar incansavelmente por justiça e reparação. Esse drama expõe, mais uma vez, as consequências intangíveis de um modelo de desenvolvimento



MEMÓRIA E JUSTIÇA

Em 25 de janeiro de 2025, será inaugurado o Memorial de Brumadinho, espaço dedicado a honrar as 272 joias e a dar apoio às famílias atingidas. O processo de criação do memorial, no entanto, foi marcado por uma série de obstáculos, incluindo a resistência da Vale, que atrasou e dificultou a implementação de medidas que garantissem a construção de um espaço condizente com a magnitude da tragédia.

“O memorial foi criado quando a gente ficou sabendo que tinham muitos segmentos corpóreos de pessoas que já haviam sido identificadas sendo encontrados. Estavam num caminhão frigorífico e, quando soubemos que seriam enterrados numa vala comum, não permitimos, porque eram trabalhadores. A Vale não fez o memorial de bom grado, fez porque a justiça obrigou. A Fundação e a AVABRUM caminham juntas, então, tudo que que for feito lá nós saberemos”, diz Maria Regina.

Embora o memorial tenha um valor simbólico importante, não pode ser apenas um lugar de recordação passiva. A sua gestão será conduzida pela AVABRUM junto à Fundação Memorial de Brumadinho, e tem como principal objetivo garantir que a memória das vítimas seja preservada de forma justa e que as famílias possam contar com um espaço digno de sua luta, pois é justo que muito custe o que muito vale.



Foto: Lucas Jerônimo/ Aedas

Ato realizado em 2024 em homenagem às joias.



A URGÊNCIA DA MUDANÇA

O processo de justiça tem sido marcado por lentidão e uma aparente negligência em tratar a questão com a gravidade que ela exige. Ações efetivas por parte das autoridades competentes continua a ser um dos maiores obstáculos à reparação.

O sistema judicial parece ter sido moldado para proteger os interesses das grandes corporações, e não o direito das pessoas atingidas. Enquanto as pessoas atingidas aguardam diversas respostas, os lucros da empresa-poluidora crescem sem qualquer tipo de medida significativa para evitar que desastres como esse voltem a ocorrer. O modelo de mineração praticado por megaempresas é predatório e não respeita os direitos das vítimas, a memória e ancestralidade do povo, muito menos o meio ambiente. Em clima de tensão, incerteza e vigilância constante, a sirene ainda toca, abalando a vida de quem espera por mudanças.



ESPERANÇA E RESISTÊNCIA

À medida que se aproxima o sexto aniversário do rompimento da barragem, as famílias das vítimas fatais e as pessoas atingidas continuam a carregar o peso de uma dor imensurável. Mas, junto com essa dor, cresce também a força da resistência, alimentada

pela ânsia de justiça. A verdadeira reparação virá também da certeza de que a tragédia de Brumadinho não será esquecida e que os responsáveis serão punidos de forma justa. Para Maria Regina e tantos outros familiares de vítimas a mensagem é clara: a memória das joias deve ser preservada e querem garantias de que tragédias semelhantes não se repetam. “São 6 anos pra gente, mas é como se fosse ontem, aquele rompimento de barragem, é como se fosse ontem”, conclui.

Foto: Lucas Jerônimo/ Aedas



Familiares em luta, pela reparação justa e integral.

A LUTA DAS PESSOAS ATINGIDAS PELA REPARAÇÃO EM 2024

Nas Regiões 1 e 2, da Bacia do Rio Paraopeba, são diversas as lutas diante dos danos que o desastre-crime causou à vida da população

Lucas Jerônimo e Diego Cota

No próximo dia 25 de janeiro, completam seis anos do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, de propriedade da mineradora Vale S.A., no município de Brumadinho. São seis anos sem as 272 joias, vítimas fatais do desastre-crime.

Somam-se ao luto dos familiares os danos ambientais na região atingida, a reparação integral que ainda não se transformou em realidade para as pessoas que convivem diariamente com as consequências

do rompimento, além de fatores associados ao desastre-crime que mudaram a dinâmica de vida das populações atingidas.

Nesta edição do Jornal Vozes do Paraopeba, a Aedas aborda como alguns temas da Reparação foram tratados no ano de 2024. Programa de Transferência de Renda (PTR), Anexo I.1 e a Liquidação Coletiva dos Danos Individuais são algumas das temáticas que movimentaram o território no último ano, que vão mobilizar em ações e perspectivas de mudanças em 2025.

AVABRUM REAFIRMA LUTA E RESISTÊNCIA POR JUSTIÇA

O ano de 2024 foi marcado pela constante luta dos Familiares de Vítimas Fatais e Atingidos por memória, justiça e punição dos responsáveis pelo desastre-crime. Sem interrupção, desde março de 2019, a AVABRUM realiza mensalmente os atos “por justiça, encontro, memória, direito dos familiares e não repetição do crime”. O

encontro acontece todo dia 25 a partir do meio-dia, em frente ao letreiro de Brumadinho.

Entre as principais iniciativas da AVABRUM, esteve o enfrentamento contra a concessão de habeas corpus ao ex-presidente da mineradora, Fabio Schvartsman, em 13 de março do ano passado, por magistrados da Justiça Federal. A partir da decisão, a ação criminal contra ele por homicídio qualificado e crimes ambientais foi suspensa. Os desembargadores da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6) acompanharam o relator no entendimento de que o Ministério Público não teria apresentado indícios de autoria do crime contra o réu.

Por meio de embargos de declaração, o procurador regional da República, Darlan Airton Dias, apontou “omissão, obscuridade e contradição” no acórdão da Segunda Turma do TRF-6. Segundo ele, houve falta de transparência no julgamento, que começou de forma presencial, em dezembro, e terminou virtualmente, meses depois. O MPF recorreu da decisão.

Em parceria com o Observatório das Ações Penais sobre a Tragédia em Brumadinho, ECCHR (Centro Europeu para os Direitos Constitucionais e



Foto: Felipe Cunha/Aedas

Ato da Avabrum no TRF-6 contra pedido de habeas corpus para ex-presidente da Vale, em março de 2024

Humanos) & Misereor e KoBra, representantes da AVABRUM estiveram na Alemanha, entre os dias 13 e 17 de maio de 2024, para buscar o apoio de órgãos públicos e entidades civis para celeridade no processo criminal contra a certificadora TÜV SÜD, responsável por emitir laudos de estabilidade da barragem em Brumadinho.

A AVABRUM também abriu diálogo com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), um dos maiores acionistas da mineradora, com o objetivo de alertar os investidores da Vale sobre a importância da credibilidade quando se fala em responsabilidade socioambiental. O encontro entre representante da Previ e diretoras da AVABRUM aconteceu em junho do ano passado, no Rio de Janeiro.

Também em 2024, na busca por justiça e preservação da memória, a AVABRUM e o Projeto Legado de Brumadinho lançaram em agosto o livro “AVABRUM - 272 Vidas Presentes”. A cobrança por justiça por parte da associação de familiares também se intensificou em Brasília, em reuniões com representantes do Governo Federal, do Congresso Nacional e a solicitação de uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para uma escuta direta das famílias.

PROPOSTA DEFINITIVA PARA O ANEXO I.1 FOI CONSTRUÍDA E APROVADA EM 2024



Foto: Felipe Cunha/Aedas

Proposta Definitiva do Anexo I.1 foi aprovada em Encontro Inter-Regional, realizado em junho de 2024

Após intensos diálogos nos territórios e a mobilização permanente das comunidades atingidas, em 22 de outubro de 2024, a Proposta Definitiva para gestão de parte dos recursos do Anexo I.1 (Projetos de Demandas das Comunidades e Linhas de Crédito e Microcrédito) foi aprovada pelo juiz Murilo de Abreu.

Foram aprovados tanto o escopo, que são as atividades, ações e cronograma, quanto o orçamento, os custos para a realização do trabalho. Foi verificado que a proposta reflete as deliberações das pessoas atingidas e que a Entidade Gestora observou a condição básica de centralidade da participação no processo decisório do Anexo I.1.

Mesmo com a aprovação, a Proposta Definitiva ainda não começou a ser executada. Ainda é preciso que a Entidade Gestora receba a autorização formalizada das IJs e do juiz para dar início ao processo, bem como firmar o contrato entre as partes para que aconteça a liberação dos recursos para sua execução.

“
em outubro,
a Proposta
Definitiva
para gestão
de parte dos
recursos do
Anexo I.1 foi
aprovada
pelo juiz

Enquanto a proposta definitiva aguardava aprovação, a Aedas realizou processos preparatórios junto às pessoas atingidas para a execução do anexo. Entre julho e setembro, ocorreu a primeira rodada de Visitas Técnicas e Reuniões Intercomunitárias, nas regiões 1 e 2, momento em que as comunidades dialogaram sobre sua organização em nível

local, para a futura implementação da Governança Popular do Anexo I.1, discutindo principalmente as instâncias locais da governança.

Entre as 91 Visitas Técnicas e 23 Reuniões Intercomunitárias, participaram 163 mulheres e 65 homens. A preparação envolveu também 17 Unidades Territoriais Tradicionais (UTTs), na R2, e 5 comunidades quilombolas assessoradas e a Comunidade Tradicional Ribeirinha da Rua Amianto, na R1.

Nos meses de novembro e dezembro, a Aedas realizou uma nova rodada de Visitas Técnicas para dialogar sobre o início da conferência de danos das comunidades. Esses danos a serem conferidos servirão como base para os diálogos e definições a serem feitas na construção do Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento do Anexo I.1 e na definição de projetos e linhas de crédito e microcrédito pelas pessoas atingidas.

PTR: PESSOAS ATINGIDAS DO PARAÓPEBA SE MOBILIZAM CONTRA REDUÇÃO PREVISTA PARA 2025

O Programa de Transferência de Renda (PTR) esteve entre os principais temas que pautaram a caminhada de atingidos e atingidas na busca pela garantia de direitos, em 2024. Problemas e dúvidas sobre o Programa foram temas centrais em diversas ocasiões de reuniões entre lideranças atingidas, Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituições de Justiça (IJs).

Entre os temas debatidos ao longo do ano, estiveram os critérios para o recebimento do PTR, as poligonais, a duração do programa, pleitos coletivos para inserção, a necessidade de ajustes e outros. O PTR é um direito da população atingida que está previsto no Anexo I.2 do Acordo Judicial de Reparação, firmado em 2021.

Em novembro, a FGV informou sobre o início da redução gradual do valor das parcelas do PTR, previsto para março de 2025. Essa redução das parcelas tem sido motivo de protestos e questionamentos por parte das pessoas atingidas. Na semana seguinte ao anúncio da FGV, pessoas atingidas de Brumadinho e da Região 2 realizaram manifestações contra essa medida, nos

pontos de atendimento da FGV.

Apesar de prevista no Edital de Chamamento Público, documento que rege as regras e critérios do PTR, as lideranças se baseiam na Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) para defender a continuidade do programa, uma vez que a reparação não foi efetivada nos territórios da Bacia do Paraopeba.

“Estamos aqui reivindicando para que o PTR não tenha diminuição. Ainda tem lama, o rio ainda está contaminado, e nós estamos em busca dos nossos direitos”, afirmou Josiane Ribeiro, atingida do município de São Joaquim de Bicas, na R2.

“

Ainda tem lama, o rio ainda está contaminado, e nós estamos em busca dos nossos direitos



Foto: Júlia Rohden/Aedas

Atingidos de Brumadinho em manifestação contra a redução das parcelas do PTR

MOBILIZAÇÃO POPULAR GARANTE ANDAMENTO DA LIQUIDAÇÃO COLETIVA

Em outubro de 2024, os desembargadores do TJMG decidiram pela continuidade da fase da resolução coletiva dos danos individuais, pelo reconhecimento da legitimidade das Instituições de Justiça para defender os interesses da população atingida, pela ampliação das perícias e pela inversão do ônus da prova.

Com procedimento judicial iniciado em dezembro de 2023, o juiz, Dr. Murilo Silvio de Abreu, responsável pelo caso, acolheu o pedido das IJs e reconheceu as solicitações de lideranças atingidas para determinar o início da fase processual de liquidação dos danos individuais homogêneos no processo de reparação.

A decisão ocorreu após diversas mobilizações das pessoas atingidas por celeridade no processo e contra os argumentos apresentados pela Vale, via manobras judiciais, para questionar, prolongar

ou interromper o andamento. Desde 09 de julho de 2019, o Poder Judiciário já havia reconhecido a responsabilidade da mineradora de reparar todos os danos causados, sejam eles danos coletivos ou individuais.

O modelo de liquidação coletiva foi proposto como uma forma de acelerar o reconhecimento dos atingidos e dos danos sofridos, tendo em vista que as ações individuais podem demorar mais tempo, além de gerar custos extras com metodologias para comprovação dos danos. Apesar de ter sido aprovada pelo juiz do processo, o Dr. Murilo, o modelo se trata de uma proposta e ainda está em debate entre as partes do processo.

Para o atual momento da liquidação coletiva, a primeira fase, foi determinado que seria utilizado um modelo no qual todos seguirão as diretrizes da matriz de danos e reconhecimento que será construída pela perita judicial no processo, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os atingidos serão categorizados de forma mais ampla para facilitar a identificação de danos que cada grupo sofreu. Ao todo serão três fases. Sendo a segunda de valoração dos danos

e a terceira que vai estabelecer formas de comprovação de pertencimento aos grupos de atingidos.

No dia 05 de dezembro, o Ministério Público Federal peticionou no processo em primeira instância solicitando a suspensão das ações individuais que tenham mesma causa de pedir, ou seja, solicita que todos os processos individuais que discutem os mesmos fatos e apresentam os mesmos fundamentos jurídicos sejam paralisados, aquelas ações individuais que pedem indenização e a reparação pelos danos do rompimento.

A Vale segue se manifestando contra o direito das pessoas atingidas ao acompanhamento pelas Assessorias Técnicas Independentes, a necessidade da liquidação coletiva, a inversão do ônus da prova e a legitimidade das IJs de defenderem os direitos das populações atingidas por barragens.

BUSCA POR RECONHECIMENTO SEGUIU SENDO PRIORIDADE PARA OS PCTS

A partir da compreensão da diversidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), em 2024 as comunidades apontaram os danos pelos quais buscaram reparação como múltiplos e diferentes e chamaram atenção para as questões específicas de cada povo, comunidade e território.

No que diz respeito à Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), os Povos e Comunidades

Tradicionais atingidos se posicionaram contra o Decreto Estadual nº 48.893/2024, do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, que coloca em risco a biodiversidade e a vida das pessoas, suas histórias e a cultura tradicional dos povos e descumpra direitos garantidos pela Convenção 169 da OIT.

O decreto cria barreiras burocráticas para os PCTs e facilita o licenciamento ambiental para novos megaprojetos e empreendimentos minerários. O assunto foi tema de audiência pública na Assembleia Legislativa com representantes de povos e comunidades tradicionais quilombolas, geraizeiros, pescadores, povos de tradição religiosa ancestral de matriz africana, povos indígenas, acadêmicos, defensores públicos e autoridades.

ATINGIDOS DO PARAOPEBA LUTAM PELA EFETIVIDADE DOS ESTUDOS DE RISCO À SAÚDE

Uma mudança importante acontecerá neste ano de 2025 no que diz respeito aos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE). Uma nova entidade vai ser contratada para conduzir a segunda, terceira e quarta fase dos Estudos, substituindo o Grupo EPA. O comunicado com a decisão dos Compromitentes do Acordo Judicial de Reparação foi divulgado no dia 24 de maio de 2024.



Foto: Felipe Cunha/Aedas

Atingidos das cinco regiões da Bacia do Paraopeba acompanharam audiência sobre o ERSHRE, em BH

Em reunião realizada no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), no dia 5 de setembro, em Belo Horizonte, lideranças atingidas do Paraopeba cobraram por participação nos critérios de contratação, seleção e metodologia da nova instituição que conduzirá os Estudos.

Falta de celeridade na execução dos estudos é uma das preocupações

Já em 16 de dezembro, foi realizada uma Audiência Pública com o juiz do Processo Coletivo, Dr. Murilo Silvio de Abreu. O encontro teve como objetivo tirar dúvidas em torno

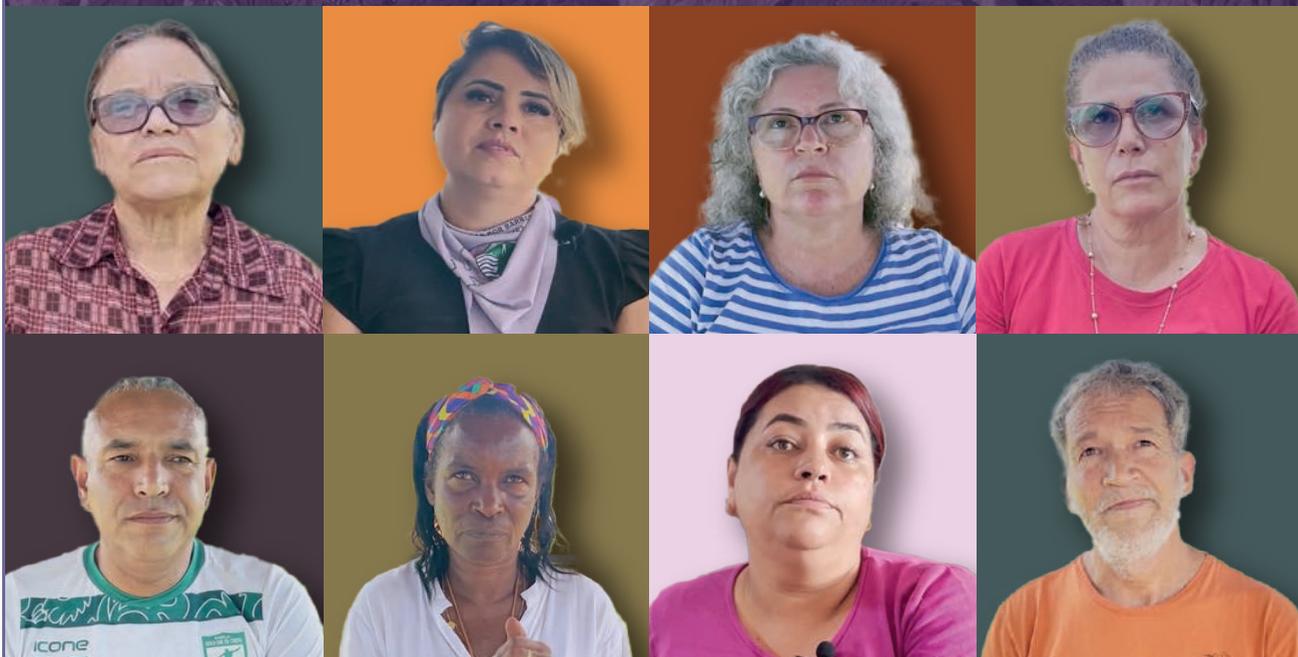
dos estudos e coletar subsídios técnicos para o desenvolvimento das próximas fases. A falta de celeridade na execução dos estudos é uma das preocupações destacadas pela população atingida, que têm como prioritárias pautas relacionadas à saúde, ao meio ambiente e à reparação dos danos.

A Aedas promoveu, no segundo semestre de 2024, a Devolutiva dos Estudos Socioambientais e à Saúde, contratados na Região 2. Realizado pelo Laboratório de Educação Ambiental, Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Pesquisa para a Sustentabilidade (LEA-AUEPAS), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e EcoEnviroX, os estudos levarão às pessoas atingidas informações sobre as condições do solo, sedimentos, ar, água, plantas e peixes, que tiveram amostras coletadas em seis municípios da região (Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Juatuba, Igarapé e Mateus Leme).



QUANTO VALE A MINERAÇÃO PREDATÓRIA?

Atingidos das Regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba compartilham sobre como viram suas vidas transformadas por um dos maiores desastres-crime da história do Brasil.



Acesse as nossas redes sociais e acompanhe

 **Aedas**